

TENDÊNCIAS

Castro propõe reconciliação com o crescimento

Crescimento não é outra questão: é parte do problema da estabilização, argumenta o economista

ROLF KUNTZ

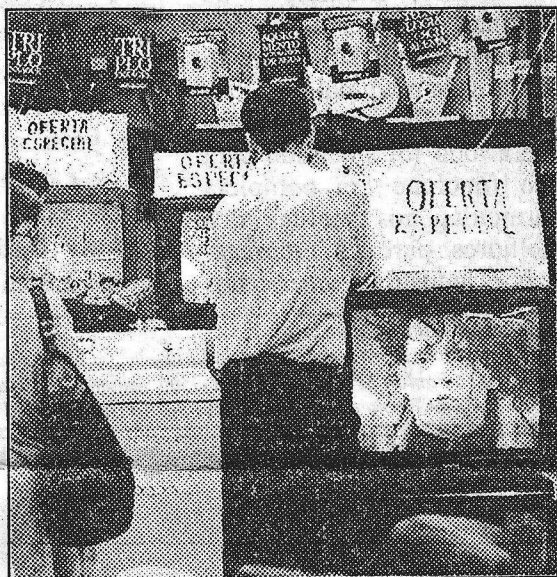
O governo precisa de uma nova estratégia para defender o real e garantir, ao mesmo tempo, a transição da estabilidade para o crescimento, diz o professor Antônio Barros de Castro, ex-presidente do BNDES. Embora fale em transição, ele não trata a expansão da economia como questão separada. Crescer é parte da solução: em condições normais, argumenta o economista, a população brasileira tende a consumir muito mais do que pôde nos tempos de inflação elevada. A "normalidade", portanto, só se realiza num nível bem mais alto de produção.

Sem crescimento, a estabilidade é incompleta e frágil. "Não creio que haja perigo de se voltar a uma rota de inflação explosiva", disse o economista, "mas estamos num caminho intermediário." A inflação, continuou, "está quase vencida, mas não se poderá vencê-la sem reformulação da estratégia brasileira". Este é o recado essencial que ele vem tentando transmitir, desde que, há um ano, antes de lançado o real, falou na "festa da estabilização".

A "festa", na descrição de Castro, não é apenas uma bolha, mas uma passagem à normalidade. Há uns três anos, ele havia discutido o contraste da cidadania política, estendida a cerca de 90 milhões de brasileiros, com a exclusão econômica. O País havia chegado à democracia institucional, mas sem um mercado de massa. Derrubar a inflação e proteger a renda dos brasileiros mais pobres é um passo para formar esse mercado. O aumento da demanda, porém, repõe a questão da capacidade produtiva. A brasileira é insuficiente e a oferta do Exterior não resolve o problema, porque há limites no balanço de pagamentos. Ao falar na reconciliação com o crescimento, Castro retoma e prolonga, de fato, uma reflexão que vem amadurecendo há alguns anos. O Fórum Nacional, coordenado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, tem sido um dos



Castro: o Brasil já tem a democracia institucional, mas falta consolidar o mercado de massa



Consumo: faltou preparação para o problema

palcos para a exposição dessas idéias. Na semana passada, Castro participou novamente do Fórum, no BNDES, e falou ao **Estado**.

A reconciliação envolve, de imediato, a "defesa da herança do Plano Real". O enorme desajuste entre o potencial de consumo e as possibilidades de oferta se traduz em problemas de curto prazo. A primeira condição de êxito é resistir às pressões



para relaxar a política. Cada concessão, como no caso das tarifas de importação de automóveis, eletroeletrônicos e calçados, vai ser interpretada, segundo Castro, como um convite a uma nova ofensiva. Também não é o caso de baixar os juros, enquanto não houver outro meio de conter o consumo e a pressão por importações. Nenhuma solução caso a caso servirá, insiste o economista.

Se a política de juros é ruim, só se deve abandoná-la por algo mais amplo e bem articulado.

Uma alternativa poderia envolver uma desvalorização cambial "no momento oportuno", uma política monetária com metas e um aperto fiscal de curto prazo, "desenhado por tributaristas". A fórmula, observa Castro, pode ser inteiramente inesperada para o não especialista. Como

exemplo de criatividade, cita o Fundo Social de Emergência, instituído para reduzir as vinculações e facilitar a gestão do orçamento.

Uma saída, apontada apenas como exemplo possível, seria um grande aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), seguido por uma redução programada. Isso induziria a baixar a procura e, "melhor ainda", criaria a expectativa de maior consumo depois de um prazo conhecido. Haveria impacto imediato sobre preços, mas de uma só vez, e depois um recuo. Isso daria tempo às empresas para investir e aumentar a capacidade produtiva. A perspectiva de um imposto menor, depois de algum tempo, estimularia o investimento, porque a baixa do consumo seria temporária.

A política de juros altos não é sustentável. O impacto nas contas do governo, pelo encarecimento da dívida pública, é uma das contra-indicações. Outro mau resultado é o desarranjo cambial. Juros altos atraem capitais de curto prazo, ampliando a oferta de dólares e causando a sua desvalorização. Isso desajusta o comércio externo, deixa o País vulnerável a qualquer turbulência internacional (caso da crise mexicana) e torna suspeita a situação do câmbio. Com isso se acentua uma "seleção adversa aos interesses do País": com a situação cambial sob suspeita, o capital de investimento fica longe. O investidor de longo prazo prefere esperar.

Mas não basta conter a procura e tentar manter o balanço de pagamentos em ordem. Uma política desse tipo corresponderia a controlar, simplesmente, a expansão dos negócios. Já entra a idéia de reconciliação com o crescimento.

Isso conduz à pergunta sobre como realizar as "reformas de segunda geração". A abertura da economia, a desindexação e a estabilização conseguida até agora são pré-condições, mas não são respostas. Com a abertura, por exemplo, o investimento produtivo pode ou não crescer. Pode até ser bloqueado. No Paraguai, mercado aberto não levou à industrialização. No Brasil e na Argentina, a liberalização tem produzido mais crescimento industrial do que no México ou na Bolívia. Abrir a economia, este é o ponto, não basta para garantir a etapa seguinte. É indispensável, portanto, uma estratégia de crescimento. Isso inclui a criação

de vantagens comparativas. Na maioria, essas vantagens não são dadas, mas produzidas deliberadamente. Castro não mencionou exemplos, mas poderia ter falando nos investimentos em infra-estrutura, formação de mão-de-obra, criação de polos etc.

Faltam, enfim, referenciais para as decisões de investimento. Entrou-se no plano de estabilização sem respostas para uma série de questões. A estratégia inicial, centrada na desindexação, foi conduzida até com brilho, segundo Castro, mas não se levaram em conta os "comportamentos emergentes". O aumento do consumo era previsível, mas não se adotaram freios desde logo. Combinado com a valorização cambial, esse aumento levou a importação e um crescimento muito rápido, com perigo para a saúde do setor externo da economia.

Também não se levou em conta a reação dos empresários. Diante da abertura e do crescimento, não se poderia antecipar, sem outra referência, a reação dos industriais. Eles tanto poderiam investir e introduzir tecnologias, quanto passar a ser só importadores ou, ainda, mudar a linha divisória entre o produzido e o importado. Neste caso, tanto se poderia manter a fabricação do produto mais moderno quanto, em certos casos, do mais obsoleto, porém menos vulnerável à concorrência externa. Fabricantes de bicicleta, como se noticiou um dia de-

pois da entrevista de Castro, optaram por importar grande parcela dos componentes. Uma delas passou a importar 70% das partes de uma bicicleta com câmbio. Dirigentes das duas disseram que isso aumentou a competitividade internacional de suas marcas. Em cada caso, poderá ser diferente o impacto em termos de avanço industrial ou, ao contrário, de mera desindustrialização.

Este ponto pode conter uma lição especial, destacada tanto por Antônio Barros de Castro quanto por outros economistas, nos debates da semana passada: tem-se dado pouca atenção à microeconomia, isto é, às características de cada mercado e de suas empresas. A rebaixa de tarifas e a valorização cambial, por exemplo, produzem efeitos diferenciados. A reação do empresário, em cada tipo de indústria, não será previsível, nem a melhor, necessariamente, sem os sinais de uma política de longo prazo como orientação.

**EMPRESÁRIOS
PRECISAM DE
SINAIS DO
GOVERNO
PARA DECIDIR
SE INVESTEM
OU IMPORTAM**